

A ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL: DESAFIOS E VANTAGENS ESTRATÉGICAS À INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

VENEZUELA'S ENTRY IN MERCOSUR: CHALLENGES AND STRATEGIC ADVANTAGES TO INTERNATIONAL INSERTION OF BRAZIL

AMANDA DE ROSSI FONTANELLI¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: amandaderossi@hotmail.com

BRUNA ROHR REISDOERFER
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: brunareisdoerfer@gmail.com

GABRIELA PEDRASSANI ZWIRTES
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: gabi.zwirtes@gmail.com

JOSIANE SIMÃO SARTI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: josisarti@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata da entrada da Venezuela no Mercosul e seus impactos para a inserção internacional do Brasil, analisando vantagens e desafios deste processo. Estes se estruturariam no âmbito político, econômico, energético e securitário. A cooperação Brasília-Caracas iniciou no fim da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1990 e consolidou-se durante os anos 2000 com aumento da importância da agenda regional sul-americana na Política Externa Brasileira. Com base em revisão bibliográfica e em análise de fontes primárias, verificou-se que a relevância dessa adesão vai além do fortalecimento do Mercosul - uma vez que a Venezuela pode servir de ligação a outros movimentos de integração da região. Ela acarreta no desenvolvimento socioeconômico de localidades fora do eixo Sul-Sudeste brasileiro, e é relevante para um entorno de paz na América do Sul, para o fomento da infraestrutura no Norte-Nordeste e para a integração energética sul-americana.

Palavras-Chave: Mercosul, Brasil, Venezuela, inserção internacional do Brasil

Abstract: *This paper sought to analyze Venezuela's entry in Mercosur and its impacts on Brazil's international insertion, analyzing the advantages and challenges of this process. For this purpose, issues such as policy, economics, energy and security were analyzed. Cooperation between Brasilia and Caracas began in the late 1970s, was intensified in the 1990s and consolidated during the 2000s with the growing importance of the South American regional agenda on Brazilian Foreign Policy. Based on literature review*

¹ As autoras são graduandas do oitavo semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

and primary sources analysis, it was verified that the relevance of this membership goes beyond the strengthening of Mercosur - because Venezuela can serve as a connection to other integration processes in the region. It results in socio-economic development of regions outside the Brazilian South-Southeast axis, and it is relevant to an environment of peace in South America, to the development of infrastructure in the North-Northeast and to the South American energy integration.

Key Words: *Mercosur, Brazil, Venezuela, Brazil's international insertion*

Introdução

O presente trabalho trata da entrada da Venezuela no Mercosul, devido à polêmica envolvendo o processo de aceitação do país no bloco, feita durante a suspensão temporária do Paraguai e dos debates acerca de possíveis confluências ideológicas entre a presidência de Dilma Rousseff e de Hugo Chávez. Assim, o objetivo geral é introduzir ao leitor aspectos pertinentes da entrada da Venezuela no Mercosul, com o intuito de fomentar estudos aprofundados sobre o tema. Seu objetivo específico é demonstrar a importância estratégica para a inserção internacional do Brasil, da entrada do país no bloco. Portanto, partiu-se do questionamento: qual o impacto, para o Brasil, da entrada da Venezuela no Mercosul? Ao que respondemos com as hipóteses de que há, para o Brasil, vantagens e desafios estratégicos da entrada do país venezuelano no bloco. Essas vantagens e desafios estruturam-se em torno de 4 variáveis-chave, são elas: i) impactos no âmbito político, em que abordaremos a Política Externa Brasileira especificamente, explicando a questão do Paraguai, além das relações com os Estados Unidos; ii) âmbito econômico, abordando os impactos econômicos e o âmbito estratégico, com foco na iii) questão energética e na vi) segurança nacional.

A cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela data do final dos anos 1970. Antes, o relacionamento entre ambos havia sido marcado pela indiferença e assincronia. Nos anos 1950, o Brasil estava sob a égide do nacional desenvolvimentismo e a Venezuela sob a ditadura pró Estados Unidos de Pérez Guiménez. Na segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, Caracas se expressava pela autonomia e defesa da democracia e o Brasil pelo regime militar associado aos Estados Unidos (VIZENTINI, 1996). Assim,

pode-se afirmar que o Tratado de Cooperação Amazônico (1978)² representa um marco nas relações bilaterais entre ambos os países, pois a Venezuela passa a constituir um objetivo da Política Externa Brasileira (PEB) (VIZENTINI, 1996: 126). A partir de então, durante os anos 1980, ambos os países convergiram em questões políticas como as iniciativas do Grupo de Contadora para a resolução dos conflitos regionais, o Movimento dos Não Alinhados, o Grupo dos 77, entre outros. No plano econômico, todavia, a aproximação permaneceu incipiente. Isso se deve em grande medida à crise econômica desencadeada pelos impactos dos choques do petróleo na capacidade de ambos os países manterem seus crescimentos baseados no modelo de substituição de importações. (VIZENTINI, 1996, p. 128).

Dessa forma, foi somente no governo Itamar Franco (1992) e Rafael Caldera (1994) que as relações se intensificaram. Contribuiu para isso o início de medidas para a reconstrução econômica dos dois países. Nesta linha, podemos atentar para a Iniciativa Amazônica lançada pelo presidente Itamar Franco, em 1992 em Buenos Aires, durante reunião do grupo do Rio que marca definitivamente a entrada da Venezuela na agenda estratégica do Brasil. Segundo o próprio presidente Itamar:

A iniciativa tem por objetivo lançar, em termos bilaterais e no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, as bases comerciais e econômicas para a ampla avenida de cooperação que poderá repetir na Amazônia o exemplo de integração que se consolida na Bacia do Prata. Entendo que o aprofundamento das condições favoráveis ao intercâmbio comercial dos países amazônicos será um passo fundamental para a integração da América do Sul, na medida em que contribuirá para articular os dois grandes sistemas hidrográficos. A própria dinâmica do comércio nos levará inevitavelmente a diversificar e aperfeiçoar as interconexões físicas, de transportes e de comunicações entre o Prata e o Amazonas, e favorecer o fluxo de capitais, de tecnologia e de pessoas entre as duas vertentes hidrográficas maiores que identificam esta parte da América (BRASIL, 2008: 23).

Uma vez consolidado o Mercosul, o país procurava se aproximar da região andina, visando o petróleo da Venezuela e Equador, carvão térmico boliviano e gás da Bolívia e Peru. Dessa forma, podemos evidenciar a importância estratégica da região andina para a segurança energética do continente sul-americano (VIZENTINI, 1996: 134). Segundo Vizentini (1996: 135), a cooperação com a Venezuela é essencial para o Brasil e se apresenta como estratégica, pois há uma forte complementariedade econômica entre os

² O Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) foi assinado em julho de 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O TCA previa incremento da pesquisa científica e tecnológica, intercâmbio de informações, utilização racional dos recursos naturais, estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes, incremento do comércio fronteiriço, entre outros (TCA, 1978).

países, visto a posição da Venezuela como ponte de ligação entre diversos movimentos de integração (Pacto Andino, Alba). Em 1994, foi assinado também, entre ambos os presidentes, o Protocolo de Guzmania, no qual ambos concordaram sobre a necessidade de promover a democracia, trabalhar para a diminuição da pobreza e concordaram que a nova ordem então vigente do neoliberalismo representava um desafio à região. Além disso, foi criada uma comissão de alto nível que passou a tratar sobre questões comerciais como tributação, cooperação fronteiriça e cultural, questões referentes à mineração e às forças armadas de ambos os países. Abordou-se o combate conjunto do narcotráfico, demarcação de fronteiras, ligação hidrográfica entre as bacias Amazonas e Orinoco, ampliação do transporte terrestre de cargas e implementação do projeto SIVAM-SIPAM (VIZENTINI, 1996: 136). No fim da década de 1990, durante o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso, podemos destacar a assinatura por parte da Venezuela de acordos de complementação econômica com todos os países do Mercosul. Há também o aprofundamento dos grupos de trabalho entre Brasil e Venezuela no âmbito da ciência, tecnologia, desenvolvimento fronteiriço; bem como a reiteração por parte do governo brasileiro de que o país venezuelano era sócio prioritário do Brasil e que, portanto, a cooperação deveria ser intensificada. Por isso, houve avanços na cooperação energética (CARDOSO, 2014, p. 129). Já no início dos anos 2000, Amado Cervo (2001:10) atentava para a convergência entre ambos os países em 4 pontos:

- a) robustecer as empresas nacionais e regionais com o fim de torná-las competitivas; b) buscar a consolidação dos blocos econômicos da América do Sul e a integração deles entre si para realizar depois uma integração com blocos externos à região; c) subordinar a negociação da ALCA às duas prioridades anteriores; d) preservar a independência decisória enquanto necessária para atingir os fins da política (CERVO, 2001: 10).

2 Impactos da Entrada da Venezuela no Mercosul para a Política Externa Brasileira

Desde o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o aprofundamento das questões regionais e da importância da agenda de relações com os países vizinhos ganhou notável importância. As relações Sul-Sul foram priorizadas principalmente envolvendo os desafios relacionados à necessidade de o Brasil atuar estrategicamente em relação aos países em desenvolvimento, tanto no âmbito regional, quanto no multilateral (RIBEIRO;

CASTELAN, LEMGRUBER, 2009). Conforme Samuel Pinheiro Guimarães, diplomata brasileiro, o fortalecimento de relações com os países do Sul é uma forma de contribuir para a multipolarização do mundo, fazendo com que as regras da sociedade internacional atendam também às demandas da periferia do sistema (GUIMARÃES, 2006).

No governo de Dilma Rousseff, então, nota-se um elemento de continuidade dessa diretriz de política externa, que pode ser visto no discurso de posse de seu primeiro mandato (2011-2014):

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a entrada da Venezuela no Mercosul pode ser pautada por três pontos principais: a questão do Paraguai, as relações do Brasil com os Estados Unidos e os reflexos da política interna na política externa.

2.1 A Questão do Paraguai

Um fato marcante para a entrada da Venezuela no bloco foi o *impeachment* do presidente Fernando Lugo no Paraguai. Ao final de junho de 2012, embasados pela cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia³, Argentina, Brasil e Uruguai decidiram pela suspensão do Paraguai no Mercosul. Essa suspensão teria validade até que fossem convocadas novas eleições no Paraguai, visando à continuidade da democracia, entendida como fundamental pelos países do bloco (OLIVEIRA, 2012a). Foi, então, durante o mandato de Federico Franco que a entrada da Venezuela foi efetivada. Nesse contexto, conforme Oliveira (2012a) descreve, houve certo desconforto por parte do Paraguai, que demonstrou insatisfação com o dito “oportunismo” dos países membros do bloco em se utilizarem deste momento em que o único país contrário à adesão venezuelana fora suspenso.

Segundo relatos de Elói Senhoras (2013), em 2012, a atuação do Itamaraty durante a questão do Paraguai tinha ares de golpe branco, colocando a cúpula da diplomacia

³ “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo” - Artigo 1, do Protocolo de Ushuaia.

brasileira sob questionamento. Isso se deve às repercussões que o isolamento do Paraguai teve regionalmente, gerando desgastes para o chanceler Antonio Patriota e para o assessor internacional da presidência, Marco Aurélio Garcia, além de levar à renúncia do alto representante do Mercosul na época, Samuel Pinheiro Guimarães.

Sobre o fato da suspensão do Paraguai no Mercosul, a presidenta Dilma afirmou em discurso proferido após o fim da Cúpula Extraordinária do Mercosul:

O governo brasileiro, assim como os demais países que integram o Mercosul, apresentamos com toda a clareza nossa visão no que se refere à situação no Paraguai. O que moveu a totalidade da América do Sul foi o compromisso inequívoco com a democracia. Os países do Mercosul, assim como os da Unasul, têm agido de forma coordenada nessa questão com o sentido único de preservar e fortalecer a democracia em nossa região (...) Nossa perspectiva é que o Paraguai normalize sua situação institucional interna para que possa reaver seus direitos plenos no Mercosul (PALÁCIO DO PLANALTO, 2012).

A entrada da Venezuela no bloco, então, foi ratificada no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, durante a Cúpula Extraordinária do Mercosul, em 31 de julho de 2012. No plano regional, a presidenta dá continuidade ao processo de integração sul-americano incorporada no governo Lula, o qual buscava projeção do país como um polo regional. Em declaração à imprensa após o fim da cúpula, Dilma afirmou que

Foi uma honra e uma satisfação presidir esta reunião do Mercosul, que tem significado histórico. A Venezuela torna-se o 5º Estado Parte do Bloco. Esta é a primeira ampliação de nosso bloco, desde a sua criação, em 1991. Na qualidade de presidenta Pro Tempore do Mercosul, damos as boas-vindas ao povo venezuelano, por intermédio do presidente Hugo Chávez. Há tempos desejamos um Mercosul ampliado em suas fronteiras e com capacidades acrescidas (PALÁCIO DO PLANALTO, 2012).

A PEB do período, no que concerne às questões regionais, inclui o papel de destaque do Brasil no Mercosul e na Unasul, por exemplo. A estabilidade democrática na região, premissa presente na PEB, mostra-se como elemento coesivo entre os membros do Mercosul. Nesse sentido, vê-se a participação no bloco com o condicionante da democracia, ainda que haja polêmica acerca da entrada da Venezuela e do tipo de democracia gerido pelos países. Conforme Mariano e Ramanzini Júnior (2012), o restabelecimento da democracia nos países da região é um dos motivos da própria integração do Cone Sul, mas é insuficiente para garantir um desenvolvimento mais estável

do processo - defender a estabilidade democrática é um dos determinantes das dinâmicas da integração do Mercosul.

2.2 Relação com os Estados Unidos

As relações do Brasil com os Estados Unidos (EUA) estiveram pautadas pela busca por cooperação. Conforme Almeida (2004), além da tentativa de estabelecer boas relações, a PEB era direcionada por uma afirmação dos interesses nacionais. No que diz respeito à estratégia americana para países da periferia mundial, conforme Guimarães (2006: 270), há o desenvolvimento de uma política de natureza ideológica, tentando convencer todos os Estados dos benefícios de participar das negociações que consolidem as políticas de abertura de mercado para bens, serviços e capitais de megaempresas. De acordo com um documento revelado pelo WikiLeaks em 2011, publicado no jornal argentino “Página12”, a visão dos diplomatas americanos sobre o Mercosul pontua que o bloco “gradualmente foi se transformando de uma união aduaneira imperfeita em uma organização mais restritiva e antiamericana” (FOLHA, 2011). À época, os diplomatas rejeitavam a entrada da Venezuela no bloco, em uma análise das políticas de investimentos de Hugo Chávez.

Outro fato determinante nas relações entre os dois países foi a declaração da presidenta Dilma, já em 2014, durante período eleitoral. A presidenta reforçou que “o Brasil nunca mais poderá voltar à situação em que dava as costas para a América Latina e se preocupava somente com os Estados Unidos e a Europa” (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Essa declaração reforça a dinâmica de autonomia interna, em que a cooperação regional Sul-Sul é, paralelamente, acompanhada pelas mudanças na projeção de poder dos EUA. Outro fato determinante para as relações do Brasil com os EUA se relaciona aos acordos de livre comércio com a União Euro-asiática (Rússia, Bielorrússia, Armênia e Quirguistão), surgindo como mecanismo decisivo na construção de um mundo multipolar (RODRIGUEZ, 2015).

Especificamente sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, a reação estadunidense também está relacionada à reemergência do Atlântico Sul como região de interesse das grandes potências. Em linhas gerais, o Atlântico Sul retoma sua importância a partir da crescente presença brasileira, chinesa e indiana neste espaço, destacando sua relevância

como zona de passagem e de produção de recursos energéticos (pré-sal, acesso a petróleo e gás) e de commodities (PECEQUILO, 2013). Dessa forma, os EUA viram a Venezuela como mais um ator relevante nas transações regionais, estando alertas para as ações e acordos que seriam postos na prática a partir da entrada do país no bloco.

2.3 Questões de Política Interna e seus Reflexos na Política Externa

Segundo Mendonça (2012), a ocasião das discussões sobre a adesão da Venezuela no Mercosul também teve grande repercussão legislativa no Brasil. Embora a entrada definitiva do país tenha sido aprovada, houve forte polarização entre os parlamentares favoráveis e contra tal medida do bloco. Os debates foram estendidos além do estabelecido, pautando a capacidade do Congresso de se utilizar das condições procedimentais para alcançar estratégias políticas que pudessem impactar nas negociações realizadas pelo Poder Executivo (MENDONÇA, 2012).

No contexto dos trâmites para aceitação do protocolo por parte do Congresso Brasileiro, houve diversas contestações e reações contrárias vindas da oposição política brasileira à entrada da Venezuela no Mercosul, principalmente no que se refere a políticas e atitudes do presidente Hugo Chávez (GOLDZWEIG, 2013). Mesmo com esse contexto de contestação e discussões entre a oposição de direita brasileira e os discursos proferidos pelo presidente Chávez⁴, foi aprovada, em 2008, o decreto legislativo, seguindo para posterior votação no Senado.

De acordo com Ferreira (2009), existem dois vieses interpretativos sobre o papel da política interna na política externa referente ao Mercosul: no primeiro, há a defesa da passividade do legislativo no Mercosul, enquanto apresentam um Congresso que tenta atuar na PEB, apesar de todas as restrições regimentais e do poderio do Executivo. Nesse caso, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é discutida, porém se vê que a análise do funcionamento do Parlamento brasileiro é superficial, as comissões permanentes não

⁴ Segundo Goldzweig (2013: 5), o presidente venezuelano declarou que os congressistas interferiam em assuntos de política interna que não diziam respeito a seu escopo de atuação, e que o Congresso Brasileiro agia como um “papagaio” do Congresso Americano, estando ele subordinado a Washington, como uma crítica clara à oposição parlamentar direitista. Tal fato foi um dos motores das dificuldades e empecilhos na questão da entrada da Venezuela no Mercosul.

são analisadas e diversos argumentos carecem de fundamento lógico e empírico (FERREIRA, 2009: 212). Já no segundo viés, o Congresso Nacional seria atuante, com restrições institucionais. Aqui, apresenta grupos de interesse baseados em bancadas regionais, principalmente do Rio Grande do Sul; os parlamentares teriam interesse, mas a estrutura institucional do Parlamento brasileiro não permitiria a sua atuação (Idem).

Assim, uma dualidade existente entre os reflexos da política interna na externa pode ser resumida. Um controle direto e contínuo dos atos internacionais pelo Congresso encontraria uma série de entraves e custos que impossibilitaria tal execução, ainda que não se negue a participação ou influência do Poder Legislativo na construção da PEB (MENDONÇA, 2012). Os três pontos abordados da PEB em relação à entrada da Venezuela apontam que, ainda que exista o descontentamento do Paraguai, a possibilidade de enfrentar medidas opositivas dos Estados Unidos e os reflexos internos no Legislativo Brasileiro, as diretrizes estão sendo mantidas. Com um viés de autonomia e cooperação, o Brasil firma sua posição de potência regional mediadora e se projeta no plano internacional, reagindo às crises de modo consistente. A continuidade percebida entre os últimos três governos mostra como a PEB tem sido influenciada pelas diretrizes existentes e reafirmadas, não dependendo completamente do governo que está no poder.

3 Economia

3.1 Comércio Brasil-Venezuela

Segundo Dilma Rousseff, o Mercosul inicia uma nova etapa com o ingresso da Venezuela, passando a contar com uma população de 270 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de US\$ 3 trilhões, o que representa cerca de 83% do PIB sul-americano e 70% da população da América do Sul. Disse ainda que o bloco se tornaria um dos principais produtores mundiais de alimentos e de minérios (BLOG DO PLANALTO, 2012).

Atualmente, o Brasil é o sétimo principal país importador de produtos venezuelanos (1,3% do total) e o único da América do Sul entre os dez primeiros. Ao mesmo tempo, o Brasil é o terceiro principal destino das exportações venezuelanas (10,1%), abaixo apenas dos EUA (23,5%) e da China (16,9%). Desta vez, na lista dos dez principais países, apenas outro país sul-americano aparece: Argentina (com 4,3%) (MDICc, 2015). A entrada da

Venezuela no Mercosul seria benéfica para o Brasil e para os outros países do bloco visto o aumento do mercado consumidor para os produtos mercosulinos. A Venezuela conta com 30 milhões de consumidores e tem a tradição de importar uma quantidade considerável de produtos primários e manufaturados da indústria brasileira (ARCE e SILVA, 2012: 64).

Lopes & Hitner (2009: 172-175 *apud* ARCE e SILVA, 2012: 65) apontam dois aspectos que justificam a adesão venezuelana. O primeiro deles é econômico, com a possibilidade de obter produtos com tarifas reduzidas que são produzidos pelos países membros do Mercosul. Merecem maior destaque os produtos primários, principalmente aqueles que compõem a pauta de alimentação da população mais carente, e os produtos com maior valor agregado, principalmente da indústria brasileira, que poderia transferir tecnologia para a incipiente indústria venezuelana. Ainda, outro benefício para a Venezuela seria o aumento do número dos seus potenciais compradores de petróleo (Argentina, Paraguai e Uruguai).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2014, os principais produtos importados da Venezuela pelo Brasil foram: combustíveis (75,1%); químicos orgânicos (8,2%); embarcações flutuantes (6,8%); adubos (6,1%); químicos inorgânicos (1,2%) e ferro e aço (1%) (MDICc, 2015). No que se refere às importações venezuelanas de produtos brasileiros em 2014, os principais produtos foram: carnes (29,2%); seguido por animais vivos (12,3%); açúcar (6,6%); máquinas mecânicas (5,4%); leite (4,7%); farmacêuticos (4,7%); preparações alimentícias (4,1%); móveis (3,3%); borracha (3,2%) e ferro e aço (2,4%) (MDICc, 2015). É importante ressaltar que a troca de produtos manufaturados do Brasil para a Venezuela já é maior do que a troca comercial manufaturada venezuelana com os demais países mercosulinos, significando 26% da exportação de produtos do agronegócio e dos manufaturados brasileiros na América do Sul. Isto também demonstra que a Venezuela promove um fluxo comercial mais contínuo com o Brasil, com produtos ligados a pecuária e também a veículos automotores, por isso é considerada a mais diversificada no âmbito do Mercosul e sul-americano (ARCE e SILVA, 2012: 76).

3.2 Acordo de complementação econômica e Tarifa Externa Comum (TEC)

O grande obstáculo apontado pelos Papéis Legislativos de agosto de 2007 para a entrada da Venezuela no bloco⁵ é a preocupação de empresários brasileiros com questões técnicas relativas às negociações tarifárias, ou seja, apesar da abertura do mercado venezuelano em 2014, não se tem definições acerca do ritmo de liberalização e de quais grupos de produtos seriam incorporados à TEC (SANTOS e VILAROUCA, 2007: 7-8).

Segundo as diretrizes estabelecidas, a TEC incentiva a competitividade dos Estados membros e seus níveis tarifários devem contribuir para evitar a formação de oligopólios ou de reservas de mercado. É importante, no entanto, esclarecer que mesmo adotando uma TEC, os países membros do Mercosul concedem margens de preferências tarifárias diferentes para os diversos países com os quais o bloco tem acordos comerciais (SENNES e BARBOSA, 2007: 25). Dessa forma, por exemplo, um país do bloco pode estabelecer um acordo de complementação econômica com outro país fora do bloco concedendo preferências tarifárias diferentes das preferências concedidas a esse mesmo país pelos outros membros do Mercosul. Esse modelo de acordo possibilita que cada um dos países membros avance da maneira independente nas negociações internacionais.

Quando analisado o perfil tarifário dos principais produtos brasileiros exportados de cada um dos seis setores mais importantes na pauta comercial brasileira com a Venezuela (alimentos preparados, medicamentos, borracha, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos e setor automotivo) percebe-se que as diferenças entre as tarifas praticadas por ambos países não são grandes na grande maioria dos seis setores (SENNES e BARBOSA, 2007: 28-29). O grande destaque é a diferença encontrada nas tarifas dos cinco produtos mais exportados pelo Brasil no setor de máquinas e equipamentos. As tarifas venezuelanas para esses produtos aumentarão significativamente, privilegiando o Brasil, visto que, 5,4% da exportação brasileira se referem a máquinas e equipamentos, produtos de conhecido alto teor tecnológico e de grande valor agregado. Com o aumento das tarifas venezuelanas para produtos vindos de fora, os produtos brasileiros podem ganhar maior acesso ao mercado venezuelano em relação ao que o Brasil já dispõe hoje.

3.3 Sinergia geoeconômica

⁵ O Acordo de Complementação Econômica nº 69 foi firmado entre o Brasil e a Venezuela em 26/12/2012 e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 07/10/2014. O Acordo concede livre mercado às importações originárias da Venezuela. Este país, por sua vez, concede livre acesso às exportações brasileiras a partir de 01/01/2014 para todo o universo tarifário, com exceção de alguns códigos produtos que alcançarão o livre comércio em 01/01/2018 (MDICa).

Outro aspecto que merece destaque no estudo do potencial econômico entre Brasil e Venezuela são os ganhos derivados da sinergia geoeconômica das regiões Norte e Nordeste do Brasil com o país vizinho. Ou seja, há espaço para o desenvolvimento de projetos cuja viabilidade está fortemente associada à proximidade e determinadas características geográficas. São exemplos disso as áreas de energia – tanto elétrica como gasífera –, petroquímica e logística (SENNES e BARBOSA, 2007: 37).

As possibilidades para ampliar essa cooperação são grandes. Um forte indício disso é o predomínio dos portos do Norte e do Nordeste do Brasil como principais entradas das importações venezuelanas. O principal porto é São Luís - MA, seguido de Santos - SP, Aratu - BA, Fortaleza - CE, Vitória - ES e Recife - PE. Tais dados sugerem que parte importante do comércio com a Venezuela se destina à produção ou ao consumo desses estados (MDIC *apud* SENNES e BARBOSA, 2007: 39). Destaca-se também nas relações econômicas bilaterais o chamado “corredor Manaus-Venezuela”. Nesse caso, dois fatores se somam para reforçar o fluxo de comércio entre esses dois polos. De um lado, a grande disponibilidade de produtos de alto valor agregado produzido na região de Manaus, tanto produtos eletrônicos, como máquinas, equipamentos elétricos e mecânicos. De outro, a facilidade logística, dadas as possibilidades de ligação entre esses dois mercados (SENNES e BARBOSA, 2007: 39).

A incorporação da Venezuela traria vantagens não apenas de escala e mudança da direção dos vetores da integração, no âmbito regional, mas propiciaria também a vinculação logística e geográfica, dentro do país, dos estados do Norte e Nordeste da federação brasileira, distantes do eixo original do Mercosul (São Paulo-Buenos Aires), que passariam a compor uma densa região de relacionamento econômico, energético, social e cultural (LIMA e KFURI, 2007: 10).

3.4 Investimento Externo Direto (IED)

As principais empresas brasileiras com investimentos na Venezuela são Petrobrás, AmBev, Usiminas e Braskem. Seus investimentos se referem ao aproveitamento do potencial energético e petroquímico, sendo a Petrobrás um ator de destaque nesse processo (SENNES e BARBOSA, 2007: 35).

A inserção da Venezuela no bloco é positiva para o Brasil na medida em que as empresas brasileiras passam a investir mais no país, principalmente nas áreas consideradas estratégicas, tais como na petroleira e na infraestrutura. Este último setor gera muitos postos de trabalho, o que contribui para diminuir a taxa de desemprego na Venezuela, sendo bem vista pelo governo local. Já a construção de estradas, pontes e rodovias ajuda na melhora da condição infraestrutural venezuelana, o que contribui para uma maior integração com o Brasil na faixa fronteiriça (ARCE e SILVA, 2012: 78). Segundo o IPEA (2011), ao integrar a região fronteiriça, ocorreria a promoção do desenvolvimento econômico do Norte do Brasil e do Sul da Venezuela. Observando especificamente estas regiões, são claras as possibilidades de articulação e complementação na área industrial. O isolamento relativo destas regiões das principais áreas industriais, tanto do sudeste brasileiro como da área industrial do estado Carabobo, na Venezuela, pode ser interpretado como um fator positivo para promover a integração e a plena utilização do eixo Amazônia-Orinoco (IPEA, 2011: 4).

Dado o interesse de estimular a integração binacional no Eixo Amazônia-Orinoco, é prevista que a articulação das cadeias produtivas dos dois países se daria entre a Zona Franca de Manaus - especialmente seu Polo Industrial - e os projetos orientados à produção de alimentos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, e a região de Guayana (IPEA, 2011: 6). Essa complementação poderia garantir para a Venezuela um grande mercado consumidor para os produtos da região Guayana (ferro, alumínio e aço), o que lhe permitiria obter consideráveis economias de escala. Além disso, essa relação também poderia estimular o incremento do valor agregado dos produtos venezuelanos, a expansão e satisfação de sua demanda interna e inclusive a ruptura com o histórico ciclo de exportações de produtos primários. Seguindo essa formulação, a Venezuela poderia desenvolver uma ampla cadeia produtiva de insumos industriais para o Norte do Brasil, associando sua produção interna à expansão da indústria brasileira (IPEA, 2011: 6).

Constata-se, pois, a existência de um potencial de aprofundamento das relações econômicas entre o Brasil e a Venezuela e que, além do incremento geral do comércio e dos investimentos, merece destaque o fato de esta integração beneficiaria regiões do Norte e Nordeste brasileiros, contribuindo para o fortalecimento de eixos de desenvolvimento fora do Sul e Sudeste do país.

4 Energia

A geopolítica reflete a importância de fatores geográficos para a organização do mundo e das regiões e são determinantes nas políticas estatais e regionais. O desafio da geopolítica de energia no início do século XXI, segundo Andrés Bansart (1995 *apud* GUIMARÃES), é estabelecer a forma como os países satisfarão suas demandas energéticas, devido ao predomínio do petróleo e da eletricidade e aos recursos cada vez mais escassos. Sendo assim, a geopolítica é conduzida pelos planos e programas de desenvolvimento e pela situação geográfica do país e suas alianças políticas.

A energia não é importante para solucionar apenas problemas econômicos, mas também mais complexos. O setor energético deve ser planejado junto com os objetivos nacionais e regionais, relacionar-se com os grandes objetivos de desenvolvimento nacional e deve-se buscar integrar as partes mais pobres para que sigam juntas o objetivo nacional. Assim, é necessária uma política energética que leve à nacionalização do Centro de Decisão Energética (OLIVEIRA, 2012b), de modo a reduzir a vulnerabilidade externa. Assim, as alianças e formações de blocos entre países promovem essa internalização.

A política energética também necessita escolher a fonte de energia. Para isso, leva-se em conta custos, a finalidade dessa energia e seus riscos. Essa preocupação com a escolha da energia ocasionou, durante o governo Lula, certas tensões entre Brasil e Venezuela, que defendiam diferentes projetos para a América do Sul.

A Venezuela fez uma defesa veemente do projeto, tendo por base suas iniciativas. O Brasil fez, também, uma defesa veemente do seu, lançando mão de sua inovadora fonte energética. Outros pontos não relativos à energia foram debatidos e uma vez que as partes divergiam em muitos deles, percebendo a ameaça dos agrocombustíveis ao seu petróleo, o Estado venezuelano e seus parceiros começaram ali as críticas aos agrocombustíveis e ao Brasil. Um dos pontos divergentes foi a proposta boliviana e venezuelana de criar um organismo regional chamado Organização dos Países Produtores de Petróleo e Gás Natural da América do Sul (OPPEGASUL). A proposta foi rechaçada pelo então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, sob o argumento de que se os sul-americanos querem se integrar, não deve haver separação entre produtores e consumidores. Seguiu-se um ataque venezuelano aos agrocombustíveis, sob o argumento que os mesmos só servem para impulsionar a indústria automobilística e que a destinação de terras ao cultivo de matéria-prima para esta fonte comprometeria a produção de alimentos (SANTOS, 2014: 19).

Uma vez definida a política energética, deve-se traçar estratégias e metas, pensar nas rotas e meios de transportes, nos impactos ambientais, humanos, entre outros. Assim, a

integração física é necessária como meio para se atingir a integração energética, que engloba comércio, transporte e comunicação, mineração e siderurgia, ambiente, desenvolvimento fronteiriço, ciência e tecnologia, planejamento, entre outros. Desse modo, Brasil e Venezuela formam uma região binacional que necessitaria de um plano de desenvolvimento compartilhado e concebido no quadro de desnacionalização das duas nações (BANSART, 1995 *apud* GUIMARÃES, 1995). Os problemas fronteiriços podem ser resolvidos com a integração energética entre os dois países, para desenvolver a região e melhorar a inserção internacional de ambos.

Em 1993, órgãos pertencentes ao Itamaraty elaboraram, com a colaboração de especialistas de ambos os países, um diagnóstico das potencialidades da cooperação entre Brasil e Venezuela. Enquanto este último tem abundância em recursos energéticos (petróleo e gás), sua economia é pouco desenvolvida em certos setores industriais importantes, como máquinas e equipamentos, setor no qual a economia brasileira é bem mais competitiva. Além disso, aumentaria a diversificação da sua estrutura produtiva, diminuindo sua dependência de exportação de petróleo e dos EUA. Do ponto de vista do Brasil, a integração com a Venezuela permitiria a solução de suas necessidades energéticas, promoveria o desenvolvimento da região amazônica e criaria um corredor de exportação para o Caribe (ZERO, 2014). Desse modo, foram feitos planos para a integração de modo a diminuir os gargalos de infraestrutura e desenvolver a região norte.

As estatais EDELCA e ELETROBRAS passaram a negociar a partir de 1993 com base no Grupo de Trabalho para energia. Os rios venezuelanos, por estarem localizados mais próximos do planalto, tinham quedas d'água de potencial hidrelétrico maior, e permitiram o fornecimento de energia venezuelana ao norte brasileiro. Além disso, a parceria entre a Petrobrás e a Petróleos da Venezuela (PDVSA), a comunicação física de linhas de transmissão de energia elétrica (Manaus-Elétrica Del Guri) e a construção de estradas (com a rodovia Manaus-Caracará) e pontes para conectar ambas as nações foram outros projetos para levar adiante a integração (ZERO, 2014). A cooperação científico-tecnológica, vem como terceiro ponto buscando investimentos conjuntos em pesquisa em tecnologia de ponta, como biotecnologia, energia e informática. E, por fim, a expansão do comércio para além da fronteira e do petróleo.

Esses pontos estão de acordo com os do Grupo de Trabalho II, instituído em 1994, quando os presidentes de ambos países assinaram o Comunicado Conjunto e Protocolo Guzmania. Esse grupo abarcava a questão energética e tinha três principais objetivos (BANSART, 1995 *apud* GUIMARÃES, 1995).

O primeiro, relacionado a petróleo, previa o incremento do fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil e pesquisas conjuntas entre PDVSA e a Petrobrás, para o aproveitamento de óleos crus pesados. Entre 1993 e 1994, houve aumento de 8 vezes nas importações diárias brasileiras de barris de petróleo. Em 1995, esse número duplicou. A Venezuela ficou responsável por um quinto da importação de petróleo cru do Brasil, sendo expressiva a importância do petróleo do vizinho. A antiga Corpoven (filial e depois integrada à PDVSA) ainda exportava 10.000 toneladas/mês de gasóleo. Ainda, havia a vontade de a Petrobras participar das explorações de óleos crus na Venezuela e da PDVSA em investir no Brasil, principalmente no refino. Havia também a possibilidade dessas duas empresas constituírem uma só, a Petroamérica.

Um segundo ponto se refere ao Orimulsion R⁶ e à possibilidade de aquisição do mesmo por parte do Brasil. Para propósitos tarifários, é classificado como “betume natural diluído em água”, o que lhe dá vantagens para superar barreiras tarifárias e políticas de países industrializados. Por fim, o último pilar seria o da eletricidade. Havia intenção de construir uma linha de transmissão elétrica entre Guri-Manaus e do Brasil comprar energia venezuelana.

Ainda, Fernando Henrique Cardoso, durante seus mandatos, ampliou o intercâmbio comercial, com destaque para as compras de petróleo venezuelano, que passaram a situar a Venezuela como um dos principais fornecedores ao Brasil e iniciou e concluiu a construção das linhas de transmissão de energia elétrica entre a Venezuela e Roraima. Apesar dos esforços, as parcerias ente Petrobras e PDVSA não avançaram muito. Estão suspensas as parcerias para exploração de reservas de Carabobo, para a construção do megagasoduto que levaria gás venezuelano até o Brasil e a Argentina, e para a instalação de uma refinaria em Pernambuco (BARBOSA, 2008).

⁶ O Orimulsion é 70 % de betume natural + 30% de água, e suas principais características se assemelham ao de um combustível residual tradicional, enquanto que seu conteúdo calórico se assemelha ao do carvão. Foi classificado como “hidrocarboneto não petroleiro”.

Desse modo, pode-se perceber que, na América do Sul, não haverá integração energética sem que a Venezuela seja parte. A Venezuela tem a sexta maior reserva de petróleo do mundo, e a quinta maior reserva de gás. A entrada desses países reforça a posição dos países-membros no campo energético e traz maior peso para o Mercosul. Segundo Barbosa (2008), a Venezuela não mudará o perfil econômico do Mercosul, mas passará a influir nas agendas temáticas e setoriais.

5 SEGURANÇA

No que concerne à segurança nacional brasileira, a entrada da Venezuela no Mercosul representa uma ação estratégica do Brasil para a consecução de sua Política de Defesa Nacional, definida como: “A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da PEB, pois o país reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região” (BRASIL, 2012: 34).

O Brasil possui extensão continental e faz fronteira com 10 países, em um total de 15.179 quilômetros de linhas limite (OLIVEIRA, 2014: 94). Destes, aproximadamente 72% (11.000 quilômetros) são de bioma amazônico, ou seja, possuem mata densa e de difícil demarcação. Aliado a isso, tanto ao sul do território brasileiro, quanto ao norte, há duas Bacias vitais ao continente sul-americano: a Bacia Amazônica e a Bacia Platina. O Brasil une de norte a sul o continente sul-americano e se configura, *per se*, como um país pertencente às dinâmicas de todo o espaço da América do Sul.

Analisando a distribuição da infraestrutura e da energia elétrica no continente, é possível observar uma urbanização, um desenvolvimento social e econômico desiguais, com concentração populacional e industrial majoritariamente no litoral. Ainda, ao analisar a distribuição urbana e de municípios nas faixas de fronteira do Brasil, podemos notar uma clara aglomeração urbana nas fronteiras da região sul do país (região fronteira mais integrada e desenvolvida aos países vizinhos). Chama atenção para o fato desta região ser ponto de encontro entre os membros fundadores do Mercosul (OLIVEIRA, 2014: 89-96) e onde as rivalidades em torno dos recursos naturais e territoriais foram resolvidas com uma maior integração comercial, social e até mesmo política.

Com a intensificação da globalização e, conseqüentemente, com o aumento da interdependência global, houve também a sensação de insegurança para as sociedades internacionais. Isso porque há a penetração de ameaças não militares que se estendem além das fronteiras, como a instabilidade política, o narcotráfico, o tráfico de pessoas, o terrorismo. Essas ameaças têm capacidade de colocar em risco a integridade social e política das populações (FAGUNDES, 2014: 56). Dessa forma, as ameaças securitárias não estatais, bem como a possível vulnerabilidade que elas impõem aos países (seja pelo próprio risco à segurança, seja pela ameaça de intervenção externa), transcendem as fronteiras dos Estados e em algumas situações ultrapassam a capacidade de agir individualmente. Em relação à América do Sul, houve o aumento da interdependência dos países nas últimas décadas. Isso acabou por aproximar os sistemas políticos e econômicos nacionais, fazendo-os mais sensíveis às ações dos países vizinhos (PEÑA, 2009: 54).

Especificamente no que concerne à região amazônica no geral e à região norte brasileira especificamente, podemos afirmar que ela é um espaço vulnerável e de alta porosidade, pois:

O tráfico de armamentos na fronteira norte brasileira deslocaria fuzis, pistolas e cartuchos com destino à Colômbia, passando pelo território brasileiro em pelo menos três grandes rotas mundiais: Roterdã – Suriname - Colômbia, Panamá – Paraguai -Colômbia e China - Colômbia. E em menor volume também abastecem a Venezuela. Em relação aos narcóticos, estes são produzidos na região andina e exportados para os grandes mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa, sendo os territórios brasileiro e venezuelano utilizados como rota ou plataforma de exportação de drogas, sobretudo, cocaína e maconha (CARDOSO, 2010 *apud* FAGUNDES, 2014: 71).

Aliado a isso, Oliveira (2014: 96) argumenta que se não for priorizada a integração regional, pode haver desconexão entre o crescimento dos países da América do Sul e criação de bolsões de riqueza em meio a bolsões de pobreza, produzindo instabilidade. O desenvolvimento das regiões fronteiriças e dos países em geral representa um poder potencial. Ou seja, o seu desenvolvimento (social, econômico, político e securitário) pode ser transformado em capacidades efetivas para uma melhor inserção do país e da região no Sistema Internacional. Desta forma, aquele cenário inviabilizaria a inserção internacional autônoma brasileira e de forma mais geral sul-americana (OLIVEIRA, 2014: 95). Ademais, pode-se classificar o espaço da América do Sul como um Complexo Regional de Segurança (CRS) aos moldes do modelo de Buzan e Weaver (2003). Segundo os autores, um CSR é formado por um: “conjunto de unidades cujos principais processos de

securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente umas das outras” (BUZAN e WEAVER, 2003: 44, tradução livre). Torna-se, pois, evidente a importância para a segurança nacional brasileira de uma integração regional mais efetiva e o quanto a entrada da Venezuela no Mercosul representa um passo para a conquista deste objetivo.

O governo brasileiro reconhece estas necessidades e determina:

A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos. Isso tornará a região mais coesa e mais forte. Esse conjunto de fatores impulsiona o país a estreitar a cooperação com os estados vizinhos também na área militar, com vistas a constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais (BRASIL, 2012: 34).

Nesse contexto, a América do Sul, liderada pela iniciativa brasileira, desenvolveu o projeto da União das Nações Sul Americanas (Unasul), como um instrumento político de desenvolvimento e gestão conjunta de ameaças (PEÑA, 2009: 48). Dessa forma, conjuntamente com os outros mecanismos de integração regional já existentes na América do Sul, notadamente o Mercosul e o Pacto Andino, a Unasul viria a complementá-los de modo a contribuir para a construção de um entorno de paz e de estabilidade política na região. Desta forma, argumenta-se aqui, que a entrada da Venezuela no Mercosul poderia ser o primeiro passo para a consecução do projeto Unasul, pois interligaria o eixo andino ao eixo do Cone Sul. Isso vem coroar os esforços de aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina de Nações que tem celebrado um acordo marco de complementação econômica no âmbito da Aladi, a fim de convergir para somente um espaço comercial sul-americano (PEÑA, 2014: 51). Dessa forma, a entrada da Venezuela no Mercosul, torna o bloco como o núcleo duro de uma integração regional mais abrangente. Ademais, Buzan e Weaver (2003, p. 338) defendem que o futuro da América do Sul recai sobre a capacidade do Brasil de liderar a integração e conectar a região norte para a dinâmica regional, pois é lá que a intervenção extrarregional se dá de forma mais intensa (principalmente de parte dos EUA, com o Plano Colômbia).

Enfim, a entrada da Venezuela no Mercosul e o impacto que isto representa para a garantia de um entorno de paz na América do Sul pode garantir o sucesso da integração econômica,

energética e política do bloco. Essa integração possibilita uma chance de trazer cidadania para as regiões de fronteira, integrando-as às dinâmicas econômicas, sociais e de infraestrutura da região, a fim de melhorar o aproveitamento de seus recursos, trazer estabilidade e promover o desenvolvimento conjunto de tecnologia. Assim, esta integração pode melhorar a posição da região no Sistema Internacional. Isso permite melhores acordos comerciais, mais acesso a financiamentos e às parcerias estratégicas e de certa forma, permite gerenciar a presença das grandes potências na região (OLIVEIRA, 2014: 90).

CONCLUSÃO

O fortalecimento do eixo econômico Brasil - Venezuela pode vir a impulsionar a integração do próprio Mercosul e, inclusive, acelerar a integração do bloco com a Comunidade Andina (CERVO, 2001). Somado a isso, uma parceria entre Unasul e Mercosul também daria à integração proporções continentais, apoiada em instituições e ações que tocariam todos os países sulamericanos, mesmo que os eixos propulsores do desenvolvimento regional ainda fossem Brasília-Buenos Aires e Brasília-Caracas.

Sobre a PEB, as diretrizes em relação à integração regional e a adesão da Venezuela, não afetam seriamente as raízes da integração do Mercosul. Independente do governo atuante no Brasil, as diretrizes são mantidas em prol da democratização do bloco. Além disso, a existência de um potencial de aprofundamento das relações econômicas entre o Brasil e a Venezuela é constatada e, além do incremento geral do comércio e dos investimentos, merece destaque o fato de que essa integração beneficiaria regiões do Norte e Nordeste brasileiros, contribuindo para o fortalecimento de eixos de desenvolvimento fora do Sul e Sudeste do país.

No que se refere à questão energética, a adesão da Venezuela ao Mercosul traz muitas vantagens aos países-membros e ao bloco em si. A diversificação de fornecedores, o aumento do fluxo de hidrocarboneto venezuelano, a compra de energia elétrica do país vizinho e o abastecimento do norte brasileiro (e seu consequente desenvolvimento) são alguns dos benefícios. Somado a esses, há também o fortalecimento do bloco e aumento da capacidade de barganha internacional, uma vez que Venezuela e Brasil são Estados

relevantes em questões de fontes energéticas fósseis. Assim, a entrada desse país fortalece a integração energética na América do Sul.

Ademais, a entrada da Venezuela no Mercosul e o impacto que isso representa para a garantia de um entorno de paz na América do Sul pode garantir o sucesso da integração econômica, energética e política do bloco. Essa integração possibilita uma chance de trazer cidadania para as regiões de fronteira, integrando-as às dinâmicas econômicas, sociais e de infraestrutura da região, a fim de: melhorar o aproveitamento de seus recursos, trazer estabilidade, promover o desenvolvimento conjunto de tecnologia. Assim, essa integração pode melhorar a posição da região no Sistema Internacional. Isso permite melhores acordos comerciais, mais acesso a financiamentos, às parcerias estratégicas e de certa forma gerenciar a presença das grandes potências na região (OLIVEIRA, 2014: 90).

Por fim, pode-se concluir que a agenda de cooperação entre Brasil e Venezuela foi desde o início diversa e abarcava os três eixos centrais aqui defendidos (político, econômico e estratégico). É possível afirmar que a inclusão desse país no Mercosul é resultado de um longo processo de aprofundamento das relações entre ambos, iniciado com Itamar Franco, consolidado com Fernando Henrique Cardoso e finalizado com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sendo assim, a adesão da Venezuela ao bloco não foi inesperada, repentina e inoportuna, e sequer foi uma decisão apoiada em apenas um ou outro aspecto aqui abordado. É um processo histórico, econômico, comercial, energético e securitário que visa não só a integração entre os cinco países, mas uma integração da América do Sul.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL (2014), ‘Dilma defende política externa atual e parcerias com o Mercosul’, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-09/dilma-defende-politica-externa-atual-e-parcerias-com-o-mercosul>.

ALMEIDA, Paulo Roberto (2004), “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 47, No. 1. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext.

ARCE, A. M.; SILVA, M. A. D. (2012), “Venezuela e MERCOSUL: uma inserção via Brasil?”. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, vol. 3, No. 12, pp. 61-85, jun/jul.

BARBOSA, Rubens (2008), ‘A política externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul’, http://www.rbarbosaconsult.com.br/publicacoes/Cartao_Assinante/Pol%C3%ADtica_Externa_Brasil4.pdf.

BLOG DO PLANALTO (2012). ‘Entrada da Venezuela no Mercosul tem significado histórico, afirma presidenta Dilma’, <http://blog.planalto.gov.br/entrada-da-venezuela-no-mercosul-tem-significado-historico-afirma-dilma/>.

BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. Ministério das Relações Exteriores. (2008), *Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco*. Brasília: Funag,, http://funag.gov.br/loja/download/491-Discursos_Selecionados_-_Itamar_Franco.pdf.

BRASIL. Ministério da Defesa (2012). *Livro Branco de Defesa Nacional*.
<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*. New York: Cambridge University Press.

CARDOSO, Eliel Waldvogel. (2014), “Relações Bilaterais entre Brasil e Venezuela (1983-1998)”. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CERVO, Amado Luiz. (2001) “O eixo Venezuela-Brasil”. *Meridiano 47*, No. 13, pp. 10-11.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. (2014), “Cooperação em Segurança e Defesa no Espaço Andino-Amazônico: Ambiguidades e Potencialidades”. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103973>.

FELIU, P.; AMORIM, C. (2009), “Congresso Nacional e MERCOSUL: o caso da aprovação da entrada da Venezuela”. *Meridiano 47*, vol. 12, pp. 11-17, mai/jun.

FERREIRA, Marcelo Costa. (2009), “Congresso Nacional e política externa da integração: um controverso debate acadêmico”. *Ponto-e-Vírgula*, São Paulo, vol.5, pp. 202-214, <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14086>.

FOLHA. (2011), ‘EUA veem Mercosul como “antiamericano, revela WikiLeaks’’. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/885603-eua-veem-mercosul-como-antiamericano-revela-wikileaks.shtml>.

GOLDZWEIG, Rafael S. “A Entrada da Venezuela no Mercosul: Análise dos Aspectos Políticos e Econômicos”. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, vol. 1, No 1, pp. 02-29.

GUIMARÃES, Samuel P. (org). (1995), *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre Gusmão, http://funag.gov.br/loja/download/100000-Brasil_e_Venezuela_Esperancas_e_Determinacoes_na_Virada_do_Seculo.pdf.

IPEA. (2011), ‘Relatório de Pesquisa: Região Norte do Brasil e Sul da Venezuela: esforço binacional para a integração das cadeias produtivas’. Missão do IPEA na Venezuela e MCTI - Venezuela. [S.l.].

LIMA, M. R. S.; KFURI, R. (2007), “Política externa da Venezuela e relação com o Brasil”. Papéis Legislativos, vol. 6, outubro, <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/pl-n6.pdf>.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma Análise das Limitações Estruturais do Mercosul a partir das Posições da Política Externa Brasileira. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 23-41, out. 2012.

MDICa. (2015), ‘Acordo de complementação econômica nº 69 entre Venezuela e Brasil’, <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4123>>.

MDICb. (2015), ‘MERCOSUL: Comércio exterior. Intercâmbio comercial com o Brasil’. Maio, <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ComExtMERCOSUL.pdf>.

MDICc. (2015), ‘Venezuela: Comércio Exterior’. Março, <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDVenezuela.pdf>.

MENDONÇA, Christopher Bahia. (2012), “Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira”. 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação, Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI 12 e 13 de julho de 2012, Brasília – DF.

OLIVEIRA, Jamerson S. Albuquerque. (2012a), ‘A adesão venezuelana e o futuro do Mercosul’. <http://mundorama.net/2012/10/08/a-adesao-venezuelana-e-o-futuro-do-mercosul-por-jamerson-s-albuquerque-oliveira/>.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. (2012b), “Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética”. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222>.

_____. (2013), “A Questão das Fronteiras diante dos Desafios das Transformações Tecnológicas e da Formação de Blocos Regionais”. In: Seminário Casas De União, 1, 2013, Florianópolis. Casas de União: Políticas Públicas e Regiões de Fronteira. Porto Alegre: Instituto Sul-americano de Política e Estratégia, 120 p.

_____. (2014) “O Brasil e a Segurança no Atlântico Sul: Perspectivas para a Defesa do Pré-Sal”. In: Curso de Extensão em Defesa Nacional, Porto Alegre. Palestras. Brasília: Ministério da Defesa, pp. 1 – 294, <http://defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/curso-de-extensao>.

PALÁCIO DO PLANALTO. (2012), ‘Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião da Cúpula Extraordinária do Mercosul’, <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-da-cupula-extraordinaria-do-mercosul>>.

PECEQUILO, Cristina. (2013), “A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China”. Carta Internacional, vol. 8, No. 2, jul.-dez. pp. 100 - 115, <http://www.cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/113>>.

PEÑA, Félix. (2009), “La Integración del Espacio Sudamericano: La Unasur y el Mercosur pueden complementarse?”. Nueva Sociedad, Buenos Aires, No. 219, pp. 47-58, fev.

RIBEIRO, D.; Castelan, D.; Lemgruber, S. (2009), ‘A política externa brasileira Sul-Sul na Integração Regional’, http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=268&Itemid=41.

RODRIGUEZ, Ariel Noyola. (2015), ‘Como o Mercosul e a União Euro-Asiática desafiam os Estados Unidos e a hegemonia do dólar’, <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Como-o-Mercosul-e-a-Uniao-Euro-asiatica-desafiam-os-Estados-Unidos-e-a-hegemonia-do-dolar/7/33078>.

SANTOS, F.; VILAROUCA, M. (2007), “Adesão da Venezuela ao Mercosul: des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional”. Papéis Legislativos, vol. 4, agosto, <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/pl-n4.pdf>.

SANTOS, Romário J. (2014), ‘Relações, negociações e soberania: o caminho da integração energética sul-americana’, http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev3_artigo2.pdf.

SENHORAS, Elói Martins (2013), ‘Desencontros Diplomáticos do Itamaraty no governo Dilma’ <http://works.bepress.com/eloi/310/>.

SENNES, R.; BARBOSA, A. F. (2007) “Avaliação do potencial econômico da relação Brasil-Venezuela”. Papéis legislativos, vol. 5, setembro, <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/pl-n5.pdf>.

TCA. (1979) ‘Tratado de Cooperação Amazônica’ http://www.otca.info/portal/admin/_upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT.pdf.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (1996), “Venezuela e Brasil na política internacional: cooperação bilateral e inserção mundial”. Contexto Internacional, vol. 18, pp. 121-141.

ZERO, Marcelo. (2014) ‘As razões que fundamentam a entrada da Venezuela no Mercosul’ (FES), <http://fes.org.br/brasilnomundo/wp-content/uploads/2014/06/as-razc3b5es-que-fundamentam-a-entrada-da-venezuela-no-mercosul.pdf>.